



Demonstrações financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 30

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018 37



Gas Natural São Paulo Sul S.A. – GNSPS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Conselheiros, Administradores e Acionistas da

Gas Natural São Paulo Sul S.A. – GNSPS

Rio de Janeiro-RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Gas Natural São Paulo Sul S.A. – GNSPS (“Companhia” ou “GNSPS”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Gas Natural São Paulo Sul S.A. – GNSPS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Gas Natural São Paulo Sul S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 26 de março de 2018 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Flávia Cristina Chibau Cavassani
Contadora CRC 1SP260400/O-3

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	79.264	61.133
Contas a receber de clientes (Nota 7)	113.792	108.274
Estoques (Nota 8)	1.431	1.025
Tributos a recuperar (Nota 9)	8.749	12.779
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10)	131	-
Outros ativos	276	332
	203.643	183.543
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber de clientes (Nota 7)	494	-
Tributos a recuperar (Nota 9)	1.467	2.182
Ativos fiscais diferidos (Nota 11.a)	4.616	3.454
Depósitos judiciais (Nota 17)	1.047	1.056
	7.624	6.692
Intangível (Nota 12)	629.553	639.472
Diferido	-	306
	637.177	646.470
Total do ativo	840.820	830.013

Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante		
Empréstimos (Nota 13)	532	31.647
Fornecedores (Nota 14)	71.967	52.600
Obrigações trabalhistas a pagar	502	1.372
Tributos a pagar (Nota 15)	7.958	13.022
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.991	2.439
Partes relacionadas (Nota 10)	1.420	1.393
Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 18.2.c)	10.359	22.366
Outros passivos	2.816	2.413
	99.545	127.252
Não Circulante		
Empréstimos (Nota 13)	106.184	73.370
Provisão para contingências (Nota 16)	5.773	4.029
	111.957	77.399
Total do passivo	211.502	204.651
Patrimônio líquido (Nota 18)		
Capital social	584.923	584.923
Reservas de lucros	44.789	40.439
Instrumentos financeiros	(394)	-
	629.318	625.362
Total do passivo e do patrimônio líquido	840.820	830.013

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Receita líquida (Nota 19)	670.603	554.959
Custo do serviço (Nota 20)	(558.083)	(434.346)
Lucro bruto	112.520	120.613
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(55.887)	(58.234)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 23)	(7.019)	(5.189)
Lucro operacional	49.614	57.190
Receitas financeiras	4.371	4.849
Despesas financeiras	(10.551)	(12.501)
Resultado financeiro, líquido (Nota 21)	(6.180)	(7.652)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	43.434	49.538
Imposto de renda e contribuição social – correntes (Nota 11.d)	(12.185)	(8.728)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos (Nota 11.d)	959	(771)
Lucro líquido do exercício	32.208	40.039
Quantidade de lote de mil ações em circulação	595.800	595.800
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações – R\$	54,06	67,20

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	32.208	40.039
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	32.208	40.039

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Instrumentos financeiros	Total
		Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto			
31 de dezembro de 2016	584.923	19.759	3.007	20.752	-	-	628.441
Dividendos adicionais aprovados (Nota 18.2.c)	-	-	-	(20.752)	-	-	(20.752)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.039	-	40.039
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	2.002	-	-	(2.002)	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$37,54 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(22.366)	-	(22.366)
Destinação de resultado definido em AGOE (abril de 2018)	-	-	-	15.671	(15.671)	-	-
31 de dezembro de 2017	584.923	21.761	3.007	15.671	-	-	625.362
Dividendos adicionais aprovados (Nota 18.2.c)	-	-	-	(15.671)	-	-	(15.671)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.208	-	32.208
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(394)	(394)
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	1.610	-	-	(1.610)	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$37,54 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(12.187)	-	(12.187)
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril de 2019)	-	-	-	18.411	(18.411)	-	-
31 de dezembro de 2018	584.923	23.371	3.007	18.411	-	(394)	629.318

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	43.434	49.538
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	40.329	39.211
Resultado na baixa do intangível	-	(48)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	8.248	11.137
Atualização monetária sobre depósito judicial	(25)	(28)
Atualização monetária sobre Contingências	651	41
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.742	530
Contingências	1.093	(1.324)
Baixa impostos não recuperáveis	640	-
Baixa líquida de ativo intangível sem venda	5	-
	96.117	99.057
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(8.148)	(20.124)
Estoques	(406)	169
Tributos a recuperar e diferidos	15.849	16.918
Outros ativos	55	209
Depósitos judiciais	35	1
Fornecedores	19.367	15.298
Obrigações trabalhistas a pagar	(869)	69
Tributos a pagar	(14.738)	(4.336)
Partes relacionadas	(105)	(412)
Outros passivos	403	488
	11.443	8.280
Caixa proveniente das operações		
Juros pagos	(6.549)	(9.618)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.906)	(16.050)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	88.105	81.669
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	(30.109)	(36.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(30.109)	(36.400)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(34.682)	(44.069)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(5.183)	(4.115)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(39.865)	(48.183)
	18.131	(2.914)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	18.131	(2.914)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	61.133	64.047
	79.264	61.133
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. (a "Companhia" ou GNSPS) foi constituída com o objetivo de explorar serviços públicos de distribuição de gás canalizado, incluindo pesquisa, produção, aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, exploração, distribuição e comercialização de gás combustível, de produção própria ou de terceiros na região Sul do Estado de São Paulo.

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. é controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group cuja sede temporariamente está localizada em Madri – Espanha.

Em 2018, o Grupo controlador e operador técnico da Companhia, então denominado Gas Natural Fenosa, modificou sua marca passando a ser denominado Naturgy. Em continuação a essa mudança, todas as empresas operadas e controladas pelo grupo no Brasil também passam a incorporar a nova marca em sua identidade visual, sem alteração de razão social, inclusive a Gas Natural São Paulo Sul S.A.

A utilização, pela Companhia, da marca do grupo controlador Naturgy Energy Group S.A., se dará de forma gratuita e por tempo indeterminado, conforme contrato de cessão de uso de marca aprovado pela ARSESP através da deliberação número 832, de 30 de novembro de 2018.

A mudança, que foi precedida de comunicação à Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, passou a ser amplamente divulgada através da mídia, possibilitando informar não apenas ao mercado, aos acionistas e investidores da Companhia, mas também a todos os seus clientes, prestadores de serviços e parceiros comerciais.

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos (Nota 18.2).

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada por sua Administração, em 21 de março de 2019.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil, que compreendem com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subseqüentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de seis meses de atraso);
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), considerando os critérios descritos na Nota 2.4.4.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

2.6. Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço e sobre o lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 11).

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.8. Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos sem a liquidação concomitante do correspondente passivo.

2.9. Intangíveis

i) Concessão para exploração de serviços públicos

Demonstrado pelo custo de aquisição, esse valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados. Essa concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a sua vigência.

ii) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

iii) Programas de computador (softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

iv) Servidão de passagem

Os gastos com servidão de passagem são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 12.

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto eventual ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2018 em decorrência dessa avaliação.

2.11. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Normalmente, as contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14. Benefícios a empregados

i) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

ii) Planos de contribuição definida

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

2.15. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

2.16. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido ao cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

c) Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18. Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo CPC, mas não está em vigor para o exercício de 2018.

- CPC 06 "Operações de Arrendamento Mercantil" – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto

prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) retrospectivamente com o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial. A Companhia planeja não rerepresentar informações comparativas, mas reconhecerá o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma como um ajuste ao saldo inicial dos lucros retidos (ou outro componente do patrimônio, conforme apropriado), na data da aplicação inicial. O motivo dessa escolha é atender à adoção usada na política de contabilidade corporativa.

Durante 2018, o Grupo efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja o registro de um passivo de arrendamento em contrapartida da rubrica de imobilizado (ativos de direito de uso) no montante aproximado de R\$690. A companhia efetuará a contabilização pelo método retrospectivo modificado calculando o valor presente na data de 1º de janeiro de 2019.

2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A seguir, indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

- CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração entende que as novas orientações do CPC 48 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge, exceto pelo *impairment* de contas a receber.

A partir da adoção da nova norma CPC 48, o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa passa a ter como base a perda esperada e não mais a incorrida. Sendo assim, a Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e registrou um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa no 1º trimestre de 2018, conforme quadro abaixo:

Mercado	Valor
Comercial	10
Industrial	581
GNV	2
Outros Clientes	4
Total do impacto	597
34% imposto diferido	203
Total líquido	394

- CPC 47 – "Receita de Contratos com Clientes" – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou o estudo e concluiu que a aplicação da nova norma não afetou a forma de contabilização já existente.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 7). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$33.806 (em 2017 de R\$56.426).

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

c) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Companhia. A Companhia revisa a vida útil desses ativos ao final de cada exercício.

d) Passivo contingente

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face as potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Econômico-Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído, inclusive com ajustes extemporâneos em caso de variação significativa no custo de gás. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2018 não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

a) Risco de mercado

i) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía transações em moeda estrangeira.

ii) Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía nenhum contrato com a finalidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção.

Em 31 de dezembro de 2018, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação negativa de R\$176 (2017 – R\$173), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado – instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma base de 82.839 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na Nota 5, são divulgados os ativos que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são do fluxo de caixa não descontados.

	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018		
Fornecedores	71.967	-
Empréstimos	553	122.801
Contas a pagar – partes relacionadas	1.303	-
Em 31 de dezembro de 2017		
Fornecedores	52.600	-
Empréstimos	32.972	90.077
Contas a pagar – partes relacionadas	1.420	-

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 13)	106.716	105.017
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(79.264)	(61.133)
Dívida líquida	27.452	43.884
Total do patrimônio líquido	629.318	625.362
Total do capital próprio e de terceiros	656.770	669.246
Índice de alavancagem financeira	4%	7%

O índice de alavancagem financeira em 2018 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2018 está dentro da expectativa da Administração.

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

5. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** – Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** – Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	2018	2017
Ativos avaliados a valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (nível 2)	79.264	61.133
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	114.286	108.274
Contas a receber de partes relacionadas	131	-
Outros ativos	255	281
	193.936	169.688
Passivo mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos	106.716	105.017
Fornecedores	71.967	52.600
Outros passivos	2.816	2.413
Partes relacionadas	1.420	1.393
	182.919	161.423

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e contas correntes bancárias	13.787	8.851
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (i)	65.477	52.282
	79.264	61.133

(i) Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) em instituições financeiras de primeira linha, que foram remunerados à taxa média de 98,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2018. Essas aplicações têm liquidez diária e podem ser sacadas a qualquer momento, tanto parcialmente quanto em sua totalidade sem mudança de valor.

7. Contas a receber de clientes

	2018	2017
Segmentos comercial e residencial	5.566	3.995
Segmento industrial	79.820	51.658
Fornecimento de gás medido e não faturado	33.806	56.426
Equipamentos	822	913
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.728)	(4.718)
	114.286	108.274
Circulante	113.792	108.274
Não Circulante	494	-
	114.286	108.274

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa seu valor justo.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2018	2017
A vencer	99.106	102.185
Até três meses	9.651	5.692
De três a seis meses	6.183	397
Acima de seis meses	5.074	4.718
	120.014	112.992

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada e não mais na incorrida, um estudo de sua carteira de clientes do período de 2016 e 2017, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o exercício corrente.

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2018	2017
Em 1º de janeiro	4.718	4.188
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	1.452	1.187
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(442)	(657)
Em 31 de dezembro	5.728	4.718

A totalidade dos créditos com clientes que possuam dívidas vencidas há mais de seis meses é objeto de provisão para devedores duvidosos. A partir 15 dias de atraso ao pagamento da fatura os clientes industriais, comerciais e GNV tem o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes residenciais, o fornecimento é suspenso a partir de 30 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$6 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrado acima.

8. Estoques

	2018	2017
Produtos para revenda	434	434
Almoxarifado	994	587
Matérias-primas	3	4
	1.431	1.025

9. Tributos a recuperar

	2018	2017
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	511	1.059
PIS – Programa de Integração Social	824	1.229
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	4.580	6.523
IRRF a compensar	641	861
CSLL a compensar	3.656	5.285
Outros	4	4
Total	10.216	14.961
Circulante	8.749	12.779
Não circulante – Realizável a longo prazo	1.467	2.182
	10.216	14.961

Os créditos de ICMS, PIS e COFINS são decorrentes das compras de gás, materiais, equipamentos e insumos para a construção das redes de gás e serão recuperados com impostos devidos nas operações normais da Companhia. A parcela não circulante refere-se a impostos na compra de ativos imobilizados para a infraestrutura.

10. Partes relacionadas

Os saldos e operações com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

a) Saldos

	2018	2017
Ativo circulante – partes relacionadas		
Naturgy Informática S.A. (c)	117	-
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (b)	14	
	131	-
Passivo circulante – partes relacionadas		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (b)	32	79
Naturgy Energy Group, S.A. (a)	1.388	1.314
	1.420	1.393

b) Transações

	2018	2017
Serviços corporativos		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (b)	571	477
Serviços de uso de software		
Naturgy Informática, S.A. (c)	476	785
Royalties		
Naturgy Energy Group, S.A. (a)	4.304	5.079
	5.351	6.341

(a) Em 5 de agosto de 2009, foi averbado pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) o contrato com a Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A. referente à transferência de conhecimentos técnicos e experiências (royalties), e seu valor é calculado pela aplicação da alíquota de 7% sobre o resultado operacional líquido, observando o limite máximo de 1% sobre o faturamento líquido. Em 2 de setembro de 2014, foi averbado pelo INPI o termo aditivo contratual, com validade até mai/2018.

(b) Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

(c) O serviço de uso de software refere-se ao contrato com a Gas Natural Informática S.A. para uso de direitos dos softwares corporativos da Companhia relativo à atividade operacional.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

11. Ativos fiscais diferidos

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos fiscais diferidos apresentam-se como segue:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	3.106	1.119	4.225
Diferenças temporárias do exercício	8.501	3.060	11.561
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(9.068)	(3.264)	(12.332)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.539	915	3.454
Diferenças temporárias do exercício	13.154	4.735	17.889
Diferenças temporárias patrimônio líquido	150	54	204
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(12.449)	(4.482)	(16.931)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.394	1.222	4.616

b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

	2018	2017
2018	-	1.865
2019	2.493	1.589
2020	2.123	-
	4.616	3.454

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

c) Movimentação

	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Fornecedor Governo	Conta corrente ativo regulatório	Ativo diferido	Total
Em 31 de dezembro de 2016	296	1.794	1.074	121	940	4.225
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	35	(437)	(272)	118	(215)	(771)
Em 31 de dezembro de 2017	331	1.357	802	239	725	3.454
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	48	592	545	(14)	(213)	958
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	204	-	-	-	-	204
Em 31 de dezembro de 2018	583	1.949	1.347	225	512	4.616

d) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	43.434	43.434	49.538	49.538
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(10.859)	(3.909)	(12.384)	(4.458)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	3.047	1.097	5.592	2.013
Adições, líquidas	(516)	(186)	(251)	(91)
Incentivos fiscais	100	-	80	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(8.228)	(2.998)	(6.963)	(2.536)
Do exercício corrente	(8.933)	(3.252)	(6.396)	(2.332)
Diferidos	705	254	(567)	(204)
	(8.228)	(2.998)	(6.963)	(2.536)
Alíquota efetiva	19%	7%	14%	5%

12. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software (c)	Contrato de concessão (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	253.729	1.332	4.275	381.720	641.056
Aquisições	-	-	1.200	35.557	36.757
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	(18.912)	(74)	(1.087)	(18.268)	(38.341)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	234.817	1.258	4.388	399.009	639.472
Custo total	535.828	2.056	11.515	557.238	1.106.637
Amortização acumulada	(301.011)	(798)	(7.127)	(158.229)	(467.165)
Saldo contábil, líquido	234.817	1.258	4.388	399.009	639.472
Saldos em 1º de janeiro de 2018	234.817	1.258	4.388	399.009	639.472
Aquisições	-	-	777	29.332	30.109
Baixas	-	-	-	(5)	(5)
Amortização	(18.912)	(74)	(1.235)	(19.802)	(40.023)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	215.905	1.184	3.930	408.534	629.553
Custo total	535.828	2.056	12.292	586.565	1.136.741
Amortização acumulada	(319.923)	(872)	(8.362)	(178.031)	(507.188)
Saldo contábil, líquido	215.905	1.184	3.930	408.534	629.553
Taxas anuais de amortização (%)	3,5	3	20	11,2	

(a) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de R\$535.825 referente ao contrato firmado entre a GNSPS e o Estado de São Paulo em 31 de maio de 2000, onde a Companhia passou a deter o direito de abastecer 93 municípios na região sul do estado de São Paulo com gás natural canalizado. Esse valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir de fevereiro de 2002, data em que os benefícios começaram a ser gerados.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os bens vinculados à concessão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no contrato de concessão, estão compostos abaixo.

	Custo	Depreciação acumulada	2018	2017
			Saldo contábil líquido	Saldo contábil líquido
Terrenos	445	-	445	445
Edificações e obras civis	1.192	(1.044)	148	154
Rede de gás	545.824	(165.920)	379.904	377.117
Máquinas e equipamentos	13.497	(5.600)	7.897	3.428
Equipamentos de informática – hardware	2.516	(2.419)	97	100
Móveis e utensílios	1.190	(735)	455	516
Veículos	2.081	(1.701)	380	539
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.426	(612)	4.814	5.083
Obras em andamento (i)	14.394	-	14.394	11.627
	586.565	(178.031)	408.534	399.009

(i) As "Obras em andamento" referem-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede dos municípios paulistas de Alumínio, Boituva, Botucatu, Cerquilha, Itapetininga, Itu, Laranjal Paulista, Mairinque, Porto Feliz, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê e Votorantim, de acordo com as obras de expansão dos segmentos residencial e comercial. Enquanto houver potencial de clientes, essas obras continuarão a existir em regime de continuidade.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$545 (R\$357 em 31 de dezembro de 2017) à taxa média de 7,96% (11,13% em 31 de dezembro de 2017).

13. Empréstimos

	2018	2017
Empréstimos	100.000	100.000
Encargos provisionados sobre empréstimos	6.716	5.017
Total	106.716	105.017
Circulante	532	31.647
Não circulante	106.184	73.370
	106.716	105.017

Os empréstimos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios. Operações *clean*, sem garantias e sem *covenants*.

A composição dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

Em moeda nacional	Indexadores	Vencimento	Lc (*)	2018		2017	
				Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Itaú	CDI+ 1,35%	03/11/2020		461	40.000	520	40.000
Banco Mizuho	CDI+1,3%	21/06/2021	x	71	30.000	31.127	-
Banco Santander	CDI + 1,85%	02/01/2020		-	36.184	-	33.370
				532	106.184	31.647	73.370

(*) Lc – Linha de crédito.

Os vencimentos dos empréstimos a longo prazo são os seguintes:

	2018	2017
2020	76.184	73.370
2021	30.000	-
	106.184	73.370

	2018	2017
Encargo provisionado (i)	8.248	11.494
Encargo pago	(6.549)	(9.619)
	1.699	1.875

(i) Na composição de encargo provisionado contém juros capitalizados de R\$545 em 31 de dezembro de 2018 (R\$357 em 31 de dezembro de 2017).

14. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedor de gás	63.218	41.220
Fornecedores de materiais e serviços	6.126	8.827
Retenções contratuais	2.623	2.553
	71.967	52.600

15. Tributos a pagar

	2018	2017
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	6.932	11.663
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	32	53
Outros	994	1.306
	7.958	13.022

16. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas (subsidiariamente às empreiteiras de serviços), cíveis e outros, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A avaliação da necessidade de provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos é efetuada pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais internos e externos. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 contemplam provisão para contingências, no montante de R\$5.773 (em 2017 de R\$4.029) para fazer face às perdas prováveis.

A provisão para contingências cobertas por depósitos judiciais é composta como segue:

Provisões	2018	2017
Trabalhistas (a)	798	1.132
Cíveis (b)	4.975	2.897
	5.773	4.029

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.312
Adições	1.900
Baixas	(3.224)
Atualizações monetárias	41
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.029
Adições	3.872
Baixas	(2.779)
Atualizações monetárias	651
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.773

Os depósitos judiciais totalizam R\$1.047 (R\$1.056 em 31 de dezembro de 2017).

Depósitos judiciais	2018	2017
Trabalhistas (a)	221	270
Cíveis (b)	560	534
Fiscais	263	249
Penhora judicial	3	3
	1.047	1.056

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

(a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se às ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía 24 diferentes processos (35 em 31 de dezembro de 2017).

Os contratos junto às empreiteiras de serviços possuem cláusulas determinando que essas demandas sejam suportadas exclusivamente pelas prestadoras de serviços. Adicionalmente, as seguintes garantias alternativas são exercidas: (i) pacto de retenção de 5% do valor máximo do contrato; e (ii) apresentação de seguro ou fiança bancária, por parte da contratada, para cobrir eventuais perdas.

(b) Cíveis

(i) Perdas prováveis

As eventuais demandas são suportadas por cláusulas contratuais onde, havendo inércia injustificada na solução por parte das contratadas, a Companhia poderá efetuar a quitação financeira junto aos seus clientes e subsequentemente se ressarcir com redução nos pagamentos para as prestadoras de serviços. São casos que também é possível acionar as Apólices de Seguros. Esses casos estão representados por um montante de provisão no valor de R\$965.

Ainda, há processos, em que são discutidas obrigações legais de cobranças de faixa de domínio e pagamentos de tributos, que por prudência, a Companhia provisiona, embora esteja discutindo a legitimidade dos recolhimentos judicialmente. Estes casos estão representados por um montante de provisão no valor de R\$3.843.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Existem processos cíveis que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$494 em 31 de dezembro de 2018 e referem-se, principalmente, a um Mandado de Segurança contra a Prefeitura de Sorocaba, contestando a cobrança pelo Município, através de ato do Prefeito, de taxa de uso de solo. Foi concedida liminar favorável à Naturgy para o não pagamento da taxa e, posteriormente, foi proferida sentença favorável à Naturgy. Por se tratar de processo envolvendo a Prefeitura, o feito foi remetido ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para reanálise.

Existem processos tributários que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível ou provável pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$9.830. em 31 de dezembro de 2018 (em 2017 – R\$8.907) e referem-se, principalmente, a Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em que se imputam à Companhia as seguintes infrações: recebimento de crédito acumulado de ICMS sem autorização e observância dos requisitos previstos na Portaria CAT nº 26/2010 e apresentação de Guias de Informação e Apuração do ICMS – GIAs com indicação incorreta de informação econômico-fiscal no que se refere aos créditos do Programa de Ação Cultural – PAC.

Não existem processos trabalhistas sendo avaliados como risco de perda possível em 31 de dezembro de 2018, todos os processos foram avaliados como risco de perda provável.

17. Compromissos

17.1. Fornecedor de gás

A Companhia, em 1º de dezembro de 2012, firmou com a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. aditivo nº 01 ao contrato de compra e venda de gás natural importado celebrado em 3 de julho de 2002 (Contrato Convencional) e em complemento ao mesmo, firmou na mesma data o Contrato firme de compra e venda de gás natural (Contrato firme inflexível). Ambos os contratos apresentavam cláusulas prevendo quantidades mínimas a serem retiradas e transportadas, denominadas SOP e TOP, onde SOP ou Remuneração Mínima de Reserva Anual (RMRA) significa a remuneração mínima anual paga à Petrobrás pela reserva do Gás à Distribuidora e TOP ou Retirada Mínima Anual (RMA) significa o valor do compromisso de retirada do Gás da Distribuidora, sendo recuperável em até 12 meses após término do contrato.

Em 30 de junho de 2014, o contrato de compra e venda de gás natural importado foi encerrado.

Em 15 de dezembro de 2016, foram celebrados os termos aditivos: nº 1 ao Contrato Compra e Venda de Gás Natural (Contrato firme inflexível) com a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e o Aditivo nº 2 ao Contrato de Normas Gerais, no qual as partes acordaram: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2021; e (ii) alteração dos principais compromissos contratuais de SOP e TOP para Encargo de Capacidade (EC) e Retirada Mínima Mensal (RMM), respectivamente.

Por esses Aditivos, a GNSPS se compromete: (i) a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, a 70% da QDC – compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM) – antigo ToP para o ano de 2016 a 2021; (ii) a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade (antigo SOP) do correspondente mês, a 90% da QDC – para o ano de 2016, 95% para 2017 e 100% para os demais anos.

Segue demonstrada a previsão de compra de gás até o final do contrato em m³:

2019	2020	2021
438.000.000	439.200.000	438.000.000

17.2. Compromisso com poder concedente

De acordo com o Contrato de Concessão firmado em 31 de maio de 2000, entre a GNSPS e o Estado de São Paulo, no âmbito da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, a Companhia assumiu o compromisso de prestar o serviço de distribuição de gás natural canalizado para 93 município na região sul do Estado, onde não havia serviço de distribuição de gás. Ao final do exercício de 2018, a Companhia atende a 18 municípios por meio de uma rede de 1,8 mil km de extensão.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 2ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 06/2010-05/2015, previu um montante de investimento correspondente a R\$88.063 mil (moeda de abril de 2010, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), tendo sido realizado 60% deste valor durante o ciclo tarifário.

Já em relação à 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 06/2015-05/2020, encontra-se com o processo regulatório suspenso, pendente de definição por parte do regulador, sem prazo para conclusão.

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social de R\$ 584.923 está representado por 595.799.877 ações ordinárias, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionistas	2018	2017
Naturgy Distribucion Latinoamerica, S.A.	595.799.876	595.799.876
Sergio Manuel Aranda Moreno	1	1
	595.799.877	595.799.877

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Os titulares das ações têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

18.2. Reserva de lucros e lucros acumulados

a) Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia. Até o ano de 2010 a Companhia constituiu reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, não foi constituída reserva de expansão em 31 de dezembro de 2018.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	32.208	40.039
Constituição da reserva legal	(1.610)	(2.002)
Base de cálculo dos dividendos	30.598	38.037
Dividendos	12.187	22.366
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio a pagar	12.187	22.366
Dividendos a pagar	-	-
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	40%	59%

Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2018, aprovou a distribuição dos dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$15.671.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2018, aprovou o pagamento de JCP no montante de R\$12.187, o que representará após impostos, juros líquidos no valor de R\$ 10.359, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). O saldo remanescente, no valor de R\$18.411, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas que será realizada em abril de 2019.

19. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2018	2017
Vendas de gás	853.177	695.872
Contratos de construção	22.764	23.467
Outras receitas	1.240	981
Total receita bruta	877.181	720.320
(-) Deduções da receita bruta	(206.578)	(165.361)
Receita líquida	670.603	554.959

Em maio de 2015, encerrou-se o 3º ciclo regulatório tarifário, no entanto, por questões externas à GNSPS, não houve o encerramento do processo de revisão tarifária coordenado pela ARSESP, o qual reajustaria o nível das margens de distribuição praticadas pela concessionária até maio de 2020. Tal processo encontra-se suspenso judicialmente sem previsão de data para a resolução.

Para o ano de 2018, as tarifas de gás da Gas Natural São Paulo Sul sofreram duas atualizações:

- A partir de 31 de maio, conforme homologado através da Deliberação ARSESP 801/2018, foram atualizados os valores das Margens de Distribuição através do IGP-M (+1,886331%), índice acumulado de abril/2017 a abril/2018, o valor do custo do gás e do transporte contido nas tarifas-teto vigentes, o valor da parcela de repasse de todos os segmentos e o valor unitário referente ao fator K foi ajustado para R\$0,00/m³. O termo de ajuste k é utilizado para corrigir os desvios anuais existentes entre a margem máxima autorizada pelo regulador e a margem obtida pela concessionária e será aplicado anualmente somente quando a margem obtida pela concessionária exceder a margem máxima autorizada pelo regulador.
- A partir de 1º de novembro, conforme homologado através da Deliberação ARSESP nº 817/2018, foi atualizado, exclusivamente, o valor do custo do gás e do transporte contido nas tarifas-teto vigentes.

20. Custo do serviço

	2018	2017
Compra de gás e de serviços	(490.986)	(388.255)
Custo dos contratos de construção	(22.764)	(23.467)
Custo de pessoal	(3.906)	(3.413)
Ajuste de inventário de gás natural (i)	(23.018)	(1.917)
Amortização do intangível (Nota 12)	(17.409)	(17.294)
	(558.083)	(434.346)

(i) No fechamento contábil referente ao período de outubro 2018, houve perda entre o volume de vendas contabilizadas frente ao volume de compras de gás decorrente de um ajuste no volume não faturado de 18 milhões m³, que compõe parte do resultado contábil das vendas apuradas, o qual foi aplicado no período em referência na sua totalidade apesar de ter abrangência retroativa de sete anos. Tal resultado, não pode ser considerado como uma perda física real, pois não impacta o faturamento real (faturas emitidas), uma vez que o volume não faturado é a projeção estimada do volume não medido dentro de um período contábil, sendo este corrigido mediante o estorno integral na contabilização do mês subsequente. Cabe ressaltar que o fato gerador do ajuste já havia sido identificado, porém para uma efetiva resolução foram realizados estudos, os quais foram validados mediante aplicação da metodologia Kaizen pela área de UPTC e com a avaliação da SETEC Consulting Group.

21. Resultado financeiro, líquido

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.442	3.628
Outras receitas financeiras	929	1.221
	4.371	4.849
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(7.627)	(10.740)
Comissões e tarifas de cobrança	(75)	(27)
Fiança bancária	(735)	(652)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(109)	(415)
Outras despesas financeiras	(2.005)	(667)
	(10.551)	(12.501)
	(6.180)	(7.652)

22. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Despesa de pessoal	(2.872)	(2.433)
Utilidades, materiais e serviços	(3.607)	(3.732)
Serviço de manutenção	(6.792)	(8.062)
Serviços de profissionais independentes e contratados	(12.148)	(14.051)
Publicidade e propaganda	(802)	(988)
Despesas com royalties	(4.780)	(5.864)
Alugueis	(1.966)	(1.187)
Amortizações do intangível e diferido (Nota 12)	(22.920)	(21.917)
	(55.887)	(58.234)

23. Outras despesas operacionais, líquidas

	2018	2017
Penalidades e indenização a terceiros	(1.893)	(606)
Gastos com P&D (i)	(225)	(213)
Viagens e estadias	(98)	(83)
Despesas com equipamentos vendidos	(665)	(634)
Receita de vendas de equipamentos	957	855
Outras receitas operacionais	2.486	-
Impostos e taxas (ii)	(3.389)	(3.715)
Provisões (iii)	(1.050)	1.324
Perdas e recuperação de créditos	(1.742)	(1.080)
Outras despesas gerais/operacionais	(1.400)	(1.037)
	(7.019)	(5.189)

(i) Referem-se aos gastos incorridos com o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética aprovados pela ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo).

(ii) Referem-se aos valores de taxa de fiscalização da ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) e outros impostos não recuperáveis.

(iii) Refere-se a provisões para contingências trabalhistas, cíveis e regulatórias.

24. Cobertura de seguros

A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e com base na orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas (não auditado)	
		2018	2017
Responsabilidade civil – administradores, diretores e dirigentes (*)	29/09/2018 a 29/09/2019	94.000	94.000
Responsabilidade civil atribuída à Companhia	29/10/2018 a 29/10/2019	330.900	160.200
Risco Operacional	29/10/2018 a 29/10/2019	330.900	320.400

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas no Brasil do Grupo Naturgy Energy Group S.A

Jorge Henrique Baeta
Diretor Econômico-Financeiro de RI

Maria Cecília Fontes Pinheiro
Contadora CRC-70616/O-0 RJ